

Abertura das escolas em maio não agrada a mais de metade dos inquiridos no estudo da OP.Edu

O Observatório de Políticas de Educação e Formação (OP. Edu) divulgou ontem os resultados parciais do estudo online que está a realizar sobre o Impacto da covid-19 no sistema de ensino português



Alunos do 11.º e 12.º ano vão regressar para ter aulas presenciais das disciplinas em que irão fazer exame

●●● O Observatório de Políticas de Educação e Formação (OP.Edu) divulgou ontem os resultados parciais do estudo que está a fazer, através da internet, para saber qual o impacto da covid-19 no sistema de ensino português. Até ontem, o inquérito elaborado em conjunto pelo Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED) da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias já tinha sido respondido por 1.754 indivíduos.

Na nota enviada à comunicação social, o OP.Edu revela que “o número de respostas a cada pergunta é variável, em função da vontade de os inquiridos responderem ou não, e de a pergunta se dirigir a todos os inquiridos ou apenas a alguns em função de respostas anteriores”. O questionário, composto por 24 perguntas, refere que “uma esmagadora

maioria de 92,5 por cento da amostra concorda com a decisão do governo cancelar as aulas do ensino básico até ao final do ano letivo”. Já, em relação ao regresso às escolas no mês de maio (alunos do 11.º e 12.º ano), a maioria (56,7 por cento) “não concorda com a reabertura das escolas no ensino secundário”. Os que concordam (37,5 por cento) referem que tal deve acontecer desde que seja mantido o distanciamento físico.

Quanto à reabertura das instituições de ensino superior no mês de maio, a opinião está mais dividida: 47,3 por cento não concorda e 40,9 por cento concorda, desde que mantendo o distanciamento físico. “No conjunto, apenas 36,9 por cento concordariam com a abertura das aulas do 11.º e 12.º anos, embora se mantenha uma maioria de 53 por cento dos inquiridos a afirmar que não concordam com a abertura das aulas de qualquer ciclo”, refere a nota. Esta posição está an-

corada no facto da grande maioria da amostra (85,9 por cento) considerar que o governo deveria ter a saúde dos estudantes e da população como a preocupação maior ao avaliar as condições de abertura das escolas e de 82,5 por cento não considerar imperioso que as escolas voltem a abrir no presente ano letivo.

Para que as escolas possam abrir, as condições mais valorizadas são as seguintes: uso de máscaras e de luvas (57,9 por cento), turmas mais pequenas (53,7 por cento) e manter um regime combinado de aulas presenciais e aulas remotas pela internet (43,6 por cento).

Desigualdade de oportunidades

Dois em cada três dos inquiridos consideram que o encerramento das escolas prejudicou a igualdade de oportunidades de acesso à educação, “prejudicando sobretudo as aprendizagens dos alunos com menos recursos”. Sobre o

prejuízo nos resultados e avaliações dos alunos, 40,1 por cento consideram que eles serão prejudicados pontualmente e 36,2 por cento acham que as avaliações não sairão prejudicadas. No ensino a distância, as preferências dos inquiridos vão para os aspetos que implicam um nível de interação, acompanhamento e feedback mais elevados, enquanto as opções mais desvalorizadas são as que implicam níveis de interação baixos como são o caso das videoaulas em direto, sem interação. Sobre as aulas pela televisão (telescola), 67,4 por cento consideram-nas importantes ou muito importantes.

O fim dos exames do 9.º ano obteve a aprovação da grande maioria dos inquiridos (81,3 por cento da amostra). Relativamente à reabertura das creches e dos jardins de infância (18 de maio e 1 de junho), uma maioria de 62,2 por cento da amostra manifesta-se contrária a esta opção. | **António Alves**